

AS TÁTICAS E OS MOMENTOS CHARNEIRAS PRODUZIDOS PELAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Paula Lúcia Salvador Machava¹

Elizete Santos²

Maria do Socorro Borges da Silva³

Linda Maria de Jesus Bertolino⁴

INTRODUÇÃO

A bem da verdade, se considerássemos os relatos históricos vivenciados no contexto de outras pandemias – lógico, com outras variáveis, no entanto, tão devastadoras no nível de contágio, enfermidade e óbitos; quanto a que se tem experimentado na contemporaneidade – possivelmente, ainda que um evento pandêmico se constitua

¹ Doutoranda em Estudos Feministas pela Universidade de Coimbra. Lattes não informado. <https://orcid.org/0000-0003-3233-8455>. machavapalucia@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. Colégio da Graça, Rua da Sofia, 136-138, Coimbra, Portugal. 3000-389. Telefone (351) 239853649. Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rua do Seminário, s/n, Centro, Mariana, MG, Brasil. CEP: 35420000. Telefone: (31) 35571322.

² Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão. <http://lattes.cnpq.br/3758844809395087>. <https://orcid.org/0000-0001-8414-1393>. elizete.uema1999@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí. <http://lattes.cnpq.br/8051399300847942>. <https://orcid.org/0000-0003-1502-1341>. msocorrobs@ufpi.edu.br.

⁴ Doutoranda em Literatura pela Universidade de Brasília Professora Assistente da Universidade Estadual do Maranhão. <http://lattes.cnpq.br/7276329992523008>. <https://orcid.org/0000-0003-1655-2769>. linda1.hot@hotmail.com.

com proporções mundiais avassaladoras, como as que estamos vivenciando hoje, teríamos, de certo, mais condições para lidar com suas consequências sanitárias, políticas, econômicas e sociais; comuns a eventos desta natureza. Assim, é em virtude dessa possibilidade que, ainda que de forma breve, cogitamos neste espaço a simetria entre passado e presente (já que temos precedentes de outras crises sanitárias); unicamente, para nos determos por um instante a este questionamento: Por que, então, ainda não aprendemos? Perdemos o vínculo com os acontecimentos do passado?

Imaginamos que as respostas para estas perguntas se constituirão das mais diversas formas possíveis; entretanto, sugerimos, de maneira pontual, emitir como sentença: quase sempre ou sempre esquecemos o nível ético-político das nossas experiências; fato esse que faz com que os eventos só se constituem com sentido para nós, quando nos deparamos com as dificuldades; à vista que diante dos enfrentamentos a consciência de nossas ações concorre para o reconhecimento do vínculo entre o exercício e o agente, pois, como diz Hannah Arendt (2007), uma das dimensões da condição humana é a ação. Isso porque, uma vez que a ação se dá na esfera coletiva e política, é ela que propõe a modificação; de maneira a permitir ao agente a admissão de sua responsabilidade por ela.

Ora, já que o trabalho da ação implica nos domínios públicos e políticos, a experiência passado/presente não pode ser desprovida de uma dimensão crítica. Assim sendo, podemos pensar que, decerto, a questão emblemática que estamos vivendo nesse contexto de pandemia global, envolve o esvaziamento que experimentamos, nos dias atuais, sob a importância da relação: ação, agente e acontecido. Fato esse que, possivelmente, concorreu para que fôssemos tomadas/os por tamanha surpresa, desde dezembro de 2019, quando nos deparamos com o surgimento do novo coronavírus, SARS-CoV-2, oficialmente designado Covid-19. Desde o início do ano de 2020, o mundo passou a viver e a conviver com inúmeros problemas, medos, incertezas e, até,

a experimentar cotidianamente a morte em massa. Nesse contexto, a morte passou a assombrar o nosso cotidiano, seja pelo próprio vírus seja por uma política de morte, sob o cálculo de quem deve viver ou quem deve morrer. Diante desse cálculo, no qual os Estados adotam políticas de morte, as vidas negras, principalmente, as das mulheres negras – sendo jovens da periferia ou não – constituem-se como as mais sacrificadas, dado que a tipografia necropolítica encontra-se comumente associada à raça, à classe e ao gênero, isto é, efetiva-se sempre dentro de critérios racistas, classistas e misóginos. Assim, diante de crises sanitárias mundiais, como essa que o mundo experimenta, as vidas negras são sempre as mais expostas à violação de direitos e perecimento humano, em razão de interesses econômicos, o que concorre para o esvaziamento da vida. Nestes termos, a vida enquanto direito humano encontra-se ameaçada (Silva, 2020), legitimando aquilo que Achille Mbembe (2018) nomeou de necropolítica; a saber, o uso de poder social e político para ditar quem tem direito à vida e à morte.

Dado a realidade vivida em tempos de pandemia, considerando os 47.300.397 casos confirmados e os 1.221.781 de óbitos em todo o mundo, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o que se observou foi a realização de diversos desdobramentos: na saúde, na educação e na economia, a fim de que se evitasse uma maior propagação do vírus. Foi nesse contexto que a OMS recomendou o isolamento social como uma das medidas a serem adotadas pelos Estados. Contudo, essa recomendação – transformada em imposição social, com limitações dos direitos das pessoas, pelos diversos governos – não afectou as pessoas da mesma forma; haja vista o que se verifica é um acentuado aumento de pessoas empobrecidas, desempregadas, sem abrigo e quase sem alternativas para dar sentido à vida. Sem esquecermos de enunciar que tais medidas também terminam por acarretar uma série de efeitos de ordem emocional, advindos dessa tempestade.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em março de 2020, alertava que o novo coronavírus poderia causar perda de 25 milhões de postos de trabalho. No caso específico do Brasil e de Moçambique, em concreto nos sectores invisibilizados, como o trabalho doméstico, majoritariamente ocupados por mulheres, estima-se que 500 mil e mais de dois mil postos de trabalho, respectivamente, tenham sido perdidos; tendo em vista que na dinâmica econômica, essa força de trabalho constitui-se, historicamente, com indicadores de maior vulnerabilidade, pois sustenta-se a partir do eixo sexo, raça e nível educacional. Isso porque, infelizmente, o molde dessa vulnerabilidade acompanha as desigualdades estruturais desses países. Diante disso, nesse cenário de pandemia, a população negra, marcada por um racismo estrutural, apresenta-se como o agente com menores índices de seguridade social. No entanto, como não podemos continuar a viver em meio a tantas perdas, medos e angústias - sem reagirmos, considerando que o ser humano se constitui dos processos de avanços e recuos, foram as mulheres que de maneira mais efetiva iniciarem esse levante, seja ele compreendido dentro de um processo de busca do equilíbrio espiritual, emocional, físico e econômico; ou seja, na efetivação de ações concretas no enfrentamento de combate à COVID-19, mostrando, assim, a necessidade de se explorar outras perspectivas que transcendem a uma abordagem meramente biomédica. Noutra vertente, o envolvimento de diferentes mulheres negras – localizadas em contextos histórico, político, social e economicamente diversos – na luta para garantir a continuidade da vida, serve, por um lado, para contestar as narrativas capitalistas, machistas e hegemônicas; propagadas por distintos governos sobre a paralisação da economia.

Por outro lado, as ações empreendidas por essas mulheres negras confluem para mostrar que o discurso capitalista hegemônico não é capaz de compreender, reconhecer, aceitar e ler outras lógicas econômicas diferentes das hegemonicamente reconhecidas. E, é assim que se reconhece que em meio a tantos recuos, devido ao vivido nos primeiros meses da presença da COVID-19 em nosso meio, as mulheres

negras foram as pioneiras (nos diversos setores) na agenda do enfrentamento a essa pandemia. Isso porque, orientadas desde cedo na perspectiva do cuidar e do gerar renda, utilizam-se da sua visão holística e desdobram-se na condução dos processos pessoais, familiares, comunitários, bem como no mercado de trabalho.

Estamos conscientes que as mulheres negras não devem ser tratadas de forma monolítica (Cunha, 2014; Mohanty, 2003), pois elas são diferentes até na forma como se constituem como mulheres (Oyěwùmí, 1997, 2004, 2016). Apesar disso, iremos tratá-las, neste texto, simplesmente como mulheres negras, uma prerrogativa que o essencialismo estratégico (Spivak, 2010) nos oferece. Mesmo existindo diferenças entre elas, também existem infinitos aspectos em comum, dos quais citamos: a racialização, o ser mulheres colonizadas e escravizadas, o impacto dos governos tiranos, a exclusão socioeconômica-política e o sexismo.

Ao cuidar de si e da/os outras/os, as mulheres carregam a arte do governo de si e dos outros (Foucault, 2014) utilizando-se dos princípios da formação, foram exercendo o que culturalmente ficou ao seu encargo numa sociedade de predominância patriarcal e sexista. Subvertendo, pois, a lógica de docilidade e subserviência ocuparam os diversos espaços de trabalho e de organização, contribuindo dessa maneira para que a estrutura funcione em defesa da vida; não na concepção de frágil e sensível, mas naquela de garantir à vida e torná-la significativa. Portanto, é sob essa lógica que essas mulheres vão exercendo suas habilidades e empreendendo os conceitos de tática, cunhado por Michel de Certeau (1994), e charneira; termo tomado de Marie Christine Josso (2004) e aqui analisado dentro de uma abordagem epistemológica da/os "invisibilizada/os", cuja perspectiva converge para a construção de outros saberes que venham nos fortalecer no enfrentamento à covid-19 e às ideias e práticas hegemônicas.

Levando em conta o que foi até aqui observado, ressalta-se que o texto, inicialmente, discute os conceitos daquilo que se nomeia como tática e charneiras, na compreensão

de mostrar como as mulheres negras se nutrem de ambas as práticas e conhecimentos. Conhecimento que aqui são abordados a partir de perspectivas epistemológicas cunhadas por autor (a), e que, portanto, confluem para a conscientização e legitimidade de reconhecimento das potencialidades dessas mulheres. Na sequência, discorre-se sobre os enfrentamentos vividos nesse período pandêmico, seja nos lares ou, ainda, nos espaços de trabalho, demarcando o valor que assume essa força de trabalho feminino, no que diz respeito à proteção, à manutenção e ao cuidado da vida do Outro.

ENTRELAÇANDO TÁTICAS/MOMENTOS CHARNEIRAS E DESAMARRANDO A ESTRATÉGIA

As práticas cotidianas das mulheres negras sempre estiveram alicerçadas aos ensinamentos vividos, dentro e fora dos lares, em que a oralidade e a observância às práticas das/os mais velha/os são elementos fundamentais para se aprender, por se considerar que veiculam valores e princípios indispensáveis para prevenir transgressões e garantir a coesão dos grupos (Machava, 2016). Como diz Bell Hooks (1990), no livro *Yearning race, gender, and cultural politics*, é nos nossos lares onde aprendemos a dignidade, a integridade de ser e aprendemos a ter fé. E esses ensinamentos todos só são possíveis graças às mulheres negras que são as principais guias e professoras. Por isso, ainda segundo a autora, o espaço doméstico deve ser visto como um espaço de resistência e de luta para a nossa libertação. Nesse processo, o afeto, a autoreflexão, o cuidar do corpo, das ideias tornam quem educa uma guardiã de si, da sua família e da comunidade. Essas ações baseadas no conhecimento e nas vivências extraídas no bojo das experiências têm contribuído com outros vieses para o fortalecimento das mulheres negras.

É nesse contexto que entrelaçamos aqui dois conceitos caros, mas muito importantes para se compreender a busca pela quebra dessa racionalidade servil em que tem

submetido mulheres e homens negros num processo ardiloso de negação do bem viver. O primeiro termo, é a tática desenvolvido por Michel de Certeau (1994) e o segundo são os momentos charneiras propostos por Josso (2004), ambos são “fermentos” que têm propriedades para “nutrir” e intensificar as potências subjacentes ao viver e fazer das mulheres negras. O primeiro, trata de uma lógica que subverte a racionalidade da dominação. Num contexto em que as mulheres negras, passam a ter suas vidas reguladas por um sistema que dita as regras do jogo, submetendo-as a um processo de coisificação, e que através das elaborações silenciosas vão urdindo ruídos num processo de criação e recriação do espaço habitado. Assim, cada mulher “opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e dela depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas” (Certeau, 1994, p. 100-101).

Essa urdida surda, muda, porém ruidosa, é para o autor, a arte do “fraco”, do invisível, do menosprezado produzida por sujeitos do “não lugar” que vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas. Essa arte, não é algo passado pelo crivo acadêmico etc., é algo que se aprende no dia a dia, no jeito de caminhar, de cozinhar, de ler, de ir às compras etc., “todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas aprendidas para se desvencilhar desse engessamento regulado (Certeau, 1994, p. 104). Nesse contexto, a tática encontra no momento charneira de Marie-Christine Josso (2004), o lugar de rememoração, de recordação e recriação dos aspectos que significam e ressignificam suas vidas, dando cor, carne, corpo à possibilidade da (re) criação. O termo charneira remete à recriação, olhar com perspicácia os passos dados, os caminhos traçados, sozinha/os ou com quem quer que seja, desde que permita ver, enxergar aquilo que estava ali, mas por algum motivo passou a ser percebido. A autora utiliza a dobradiça como ferramenta explicativa do termo. Utilizando a metáfora da dobradiça, entende que, no seu processo de abertura da porta, o sujeito tem a possibilidade de ver a história por um ângulo que foi formado no decorrer do percurso vivido e que lhe deixou uma marca

formadora. Isso possibilita uma reorientação na sua maneira de pensar sobre si, sobre a/os outra/os sobre o ambiente, através de novas atividades (Santos, 2018).

Esse movimento é inegociável, pois possibilita “os processos de formação, que se dão a conhecer, do ponto de vista do aprendente, em interação com outras subjetividades, a partir do momento que o sujeito aprendente, a partir de suas vivências, elabora um processo reflexivo desse viver. As recordações relatadas numa narrativa de formação são, ou podem vir a ser, “experiências formadoras”. Os momentos charneiras vão encontrar na tática, o efeito “pandórico” (Abreu, 2009, p. 100) , pois ao invés de seguir aos estímulos dos ensinamentos naturalizados pelas forças que as oprimem, passam a realizar ações desejadas que propiciem à vida, o bem viver em confronto com a estratégia (Certeau, 1994), que, por outro lado, visa produzir, mapear e impor regulações para a manutenção do poder, em linhas gerais, na educação das mulheres negras a perspectiva é mantê-las num lugar e com um ideário regulado. A estratégia, segundo o autor é o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc. (Certeau, 1994, p. 99).

Dessa forma, essa quebra de braço entre tática e estratégia, por um lado, faz com que a “mulher ordinária” frente às adversidades cotidianas, manifeste capacidades criativas e engenhosas para se equilibrar naquilo que o capitalismo a todo instante impõe através da indústria do consumo cultural e tecnológico. Elas utilizam-se da “bricolagem”, das “caças furtivas”, para manifestar suas formas de resistência moral e política a toda forma de ataque aos acessos negados (Certeau, 1994, p. 100). A exemplo das mulheres de Moçambique que com o filho amarrado às costas, tecem os fios do tecido social e suas práticas sociais de existência e resistência, do mesmo modo que também as

brasileiras afrodescendentes, afirmam cotidianamente a vida, na arte de inventar, criar, mesmo sem saber – em razão do desconhecimento ou do conhecimento negado das suas origens e de um saber colonizado- é da matriz africana que trazemos a circularidade dançante, a espiritualidade encarnada, a alacridade em meio aos caos da vida como corpos que resistem (Silva, 2019).

O momento pandêmico que assola a humanidade, de certo modo, revela o que foi e é historicamente velado, silenciado, sitiado, ou seja, a potencialidade de resistência e força das mulheres, numa espécie de engenharia social, de governo de si e dos outros, na capacidade de apresentar linhas de devires. Fazendo um deslocamento das contribuições de Mbembe (2014), o mundo necessita do reconhecimento da insurgência do devir negro, e de um devir negro feminino, “[...] ainda que actualmente esteja a colonizar o seu próprio centro, e que as perspectivas de um devir-negro do mundo nunca tenham sido tão evidentes” (Mbembe, 2014, p. 299). Assim, com suas táticas criam outros modos de vida em meio às emergências da vida, dentro do próprio funcionamento do sistema, fazendo uma subversão por dentro. Embora maculadas como reprodutoras das habituais formas machistas, pois são as que criam as suas “crias”, e neste momento pandêmico cumprem inclusive a função da escola em suas casas. Daí importante pensar esse processo como uma arte de governo de si e de outros, numa perspectiva microfísica que entrelaça saber-poder (Foucault, 2014), num revezamento entre teoria e prática, onde todos os saberes são tecidos, articulados de um modo inventivo.

O momento pandêmico traz à superfície as contradições dessas relações de gênero e tantas violências contra mulher, o que tem sido mais aparentemente visibilizado nas mídias. Porém, a sociedade se mantém cega, surda e muda em relação ao reconhecimento do protagonismo feminino diante dessa nossa configuração social, onde tem sido parteira de novas formas de convívio e de sobrevivência, pois o mundo social e público parece ter sido deslocado para a esfera do privado como é o caso da

educação, o lugar do trabalho, lugar esse, historicamente “predestinado” às mulheres negras. Daí, como cobra cega, possui a tática da resistência (Certeau, 1994). Essa busca e construção de táticas engendradas pelas mulheres negras, sendo elas do continente africano ou não, empobrecidas, violentadas de formas diversas, não inicia com a pandemia, mas tem assento histórico na vida das mulheres, vulnerabilizando-as. As mulheres negras sempre trabalharam, mas continuam mais pobres do que nunca. Apesar dos impedimentos impostos devido às questões sanitárias, elas continuam “a lutar por economias mais justas, em que se possam apoiar além da mera sobrevivência - para desenvolver a maneira como as mulheres continuamente improvisam e inovam, inventam e criam novas maneiras de fazer as coisas” (Mama, 2013).

O DIREITO À VIDA, O CUIDAR DE SI E DA/OS OUTROS E OS SERVIÇOS ESSENCIAIS NA PANDEMIA DO COVID-19

Quem tem direito à vida? Como se busca esse direito? E quem tem o direito de ter direito? São esses alguns tensionamentos que se discute no texto buscando compreender as mais indigestas ações observadas desde o início da pandemia, em dezembro de 2019. No início da pandemia no mundo, em que as pessoas foram conduzidas a se resguardar frente ao alastramento da COVID-19 em todo o planeta, as pessoas mundialmente tiveram que providenciar práticas de higiene pessoal e comunitária para se protegerem do vírus que se tornava cada dia bastante agressivo. Nesse processo de cuidar de si e da/os outra/os observou-se através dos relatos difundidos pelas mídias, ou mesmo nos nossos lares o processo de resistências para com as práticas do cuidar.

Essas resistências também foram evidenciadas na divisa do espaço doméstico, sobretudo durante o isolamento imposto às famílias. É nesse período que a violência contra as mulheres e as dificuldades económicas se intensificaram. Em Moçambique, por exemplo, onde grande parte das mulheres se encontra no trabalho doméstico, na

agricultura e no comércio informal, estas viram-se, na sua maioria, sem o seu sustento, uma vez que, com a decretação do primeiro Estado de Emergência a 30 de março, as pessoas foram obrigadas a confinar-se. As mulheres mukheristas (as que realizam o comércio transfronteiriço) foram impedidas de viajar para a África do Sul (de onde traziam as suas mercadorias) e as que ocupavam as ruas das cidades, como vendedoras ambulantes ou não, foram retiradas destes espaços. Mesmo com essas evidências em volta da sobrevivência das mulheres, não se escuta a indignação social sobre como estão sobrevivendo as mulheres negras, as que carregam tudo sobre suas costas, todas as responsabilidades da educação dos filhos, do trabalho doméstico e profissional, com uma pesada dose de naturalização dessa realidade. Sim, há uma ideia de que “elas aguentam tudo”, e que as negras “foram feitas para isso”.

Isso parece reforçar o que Adichie (2017) nos diz sobre a necessidade de quebrar a ideia de que a mulher dá conta de tudo, geralmente sendo feito uso desse discurso para reforçar formas de vidas violentas e de violação de seus direitos, principalmente no espaço privado, doméstico. Não é à toa que as maiores contradições se encontram nessa instância. Entretanto, é dessa mesma estrutura que emerge todo o processo de resistência, luta e poder transformador das mulheres. Daí a relevância de sustentar a ideia de que “hoje, para as mulheres negras e para todas as irmãs da classe trabalhadora, a noção de que o fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças pode ser tirado de seus ombros e dividido com a sociedade contém um dos segredos radicais da libertação feminina”, Davis (2016, p. 233-234).

Mas, o que é o cuidar para as mulheres, em geral, e, em específico, para as mulheres negras? O cuidar tem sido uma demarcação voltada ao feminino, dado que se criou nas esferas da sociedade patriarcal e sexista que o masculino se configura o ser pensante do processo histórico. Logo, essa tarefa minimizada fica para quem se acredita que não dispõe das faculdades mentais elaboradas, o feminino. Nesse contexto, vale discutir a condição cidadã de cada ser humano, em se tratando de cidadania. É cabível perguntar:

quem é a/o cidadã/o nesse contexto de precarização do trabalho/ser/viver humano? Quais foram as compreensões epistemológicas para se construir o que temos/vivemos por cidadania? Quem são a/os cidadãs/ãos nesse contexto?

Talvez, pela “ausência” do conhecimento de outras realidades vividas, que nos sirvam de parâmetros para entender esse termo, nos tenham feito acreditar que a cidadania, seja mesmo advinda de um tipo de status, moldado pelas ciências modernas em que apenas alguns “membros integrais” de uma determinada “comunidade” gozariam de tais benesses. Assim, passaríamos a ter um pensamento único, baseado num modelo de viver, sem que pudéssemos formular outros esquemas explicativos de entendimento desse processo. Por outro lado, tudo isso nos faz pensar, o que leva termos a Europa como centralidade na construção do conhecimento, da cultura e dos valores? Nesse esquema paradigmático, estamos tendo voz, ideias, construindo conhecimentos? Por que a centralidade de outros povos, como a/os africana/os e vivendo na diáspora não se constitui uma base para se pensar em outras formas de viver? Qual o risco há nisso, pensar a partir de outras bases? As mulheres moçambicanas nascidas e criadas dentro da filosofia ubuntu, aprendem ao nascer que o cuidado começa ao acordar, com a saudação. É, através deste acto que ficam a conhecer o estado de saúde das pessoas que com elas coabitam, dos vizinhos e das demais pessoas. A partir desta informação obtida da saudação, ficam a saber quem precisa ou não de uma ajuda, de uma visita ou de apoio em alimentos ou, ainda, em cuidar da casa e das suas/seus filhas/os menores, se as/os tiver.

Além disso, para evitar que alguma família tenha falta de alimentos, as mulheres emprestam-se os alimentos que serão devolvidos na mesma quantidade recebida, quando esta beneficiária os tiver. Ademais, sempre que a situação impor, as mulheres contribuem dinheiro para a aquisição de alimentos que serão por elas divididos na mesma proporção. No decurso desta pandemia, várias mulheres se juntaram para produzir máscaras em apoio às mulheres que não as podiam comprar por falta de

dinheiro. Apesar do aumento do custo de vida, resultante do impacto da COVID-19, as mulheres desdobram-se para tornar esta prática numa forma possível à continuidade da vida e para mostrar, por meio da solidariedade, partilhas, que uma vida melhor ainda é possível. Essas mulheres não estão apenas a partilhar alimentos, mas sim a partilhar o amor, o afeto, enfim, a vida.

Outra forma de vivência comunitária, é a exercida através do xitique (uma forma de poupança). Embora o xitique tenha uma base econômica, é uma outra forma de cuidado e de luta contra as formas capitalistas extrativistas. Quer dizer, as mulheres ao invés de se endividarem nos bancos, criam um sistema de poupança rotativo, gerido por elas. Através dessas poupanças conseguem alimentar, vestir, educar, a elas mesmas e às/aos outra/os, adquirir bens móveis e imóveis. Mais do que isso, é que a entrega do valor do xitique é feito num convívio salutar, na casa de quem recebe o dinheiro. Nesse encontro, as mulheres partilham alimentos, segredos, afetos, problemas pessoais, conselhos, constroem consensos, até se oferecem presentes. Com a COVID-19, estes encontros foram revistos, consistindo num número reduzido de mulheres em relação ao habitual, cumprindo as regras sanitárias.

Esse modo de vida para o cuidado carrega em si uma filosofia, a exemplo do modo de vida Ubuntu, cujas premissas fundamentais sustentam-se das ideias de que "motho ke motho ka batho", ou seja, ser humano é afirmar a humanidade própria através do reconhecimento da humanidade dos outros, tese que parte do princípio de que depreciar um ser humano é depreciar a si mesmo, e se é humano somente na relação com outros seres humanos. E que "feta kgomo tshware motho", significando que entre a riqueza e a preservação da vida, deve-se escolher a preservação da vida do outro ser humano" (Ramose, 2010).

Importante destacar, que a discussão aqui não se trata de estar em busca de uma outra centralidade, mas sim, de uma base que nos foi negada para a construção de uma

cidadania de forma inversa, na qual os princípios basilares de igualdade e liberdade seriam traduzidos como cordialidade, uma forma cruel de hierarquizar e diferenciar quem poderá e quem não poderá usufruir direitos (Holanda, 1981,107). Tal centralidade hegemônica tem exigido que as mulheres negras se exilam dos seus próprios corpos, e até dos seus demônios (Gebara, 2000, p. 12), mas, a todo instante buscam na ancestralidade as forças para soerguerem à tamanhas atrocidades vividas no cotidiano, seja na área da saúde, da segurança, da família, etc., buscando assegurar o direito pela vida. No entanto, em razão da luta pela vida, pudemos observar um processo criado pelo capitalismo que vai na contramão dessa garantia pela vida, mas sim o da exploração dos saberes ancestrais, da força de trabalho e do direito ao viver.

A busca pela perpetuação das mulheres negras nos trabalhos domésticos foi uma das premissas básicas nesse período, dessa forma, o cuidar de si e da/os sua/es permeou em segundo plano, pois essas tiveram que primeiro cuidar dos outros, isso porque são elas que estão nos serviços domésticos, enfileiram a mão de obra precarizada tanto no Brasil quanto em Moçambique, foram seus serviços compreendidos como essenciais, juntamente com os serviços da saúde, segurança etc. Decretos foram expedidos obrigando-as a cuidarem da/os outra/os, enquanto a/os suas /seus muitas das vezes não tinham com quem deixar ou cuidar, pois as creches e demais estabelecimentos educacionais estavam fechados.

Em Moçambique, desde o ano de 2008, o trabalho doméstico é regido pelo Decreto 40/2008 de 26 de novembro. Embora seja uma atividade legalmente reconhecida e amparada pela Lei nº 23/2007 de 01 de Agosto – Lei do Trabalho – uma apreciação comparativa dos dois instrumentos mostra que as/os trabalhadoras/es domésticas/os assalariadas/os, não tem os mesmos direitos que as/os demais trabalhadoras/es, na medida em que o Decreto não prevê um salário mínimo, as jornadas de trabalho são mais longas, por motivo de inscrição na Segurança Social são considerados trabalhadoras/es por conta própria, e, em caso de despedimento sem justa causa,

essas/es trabalhadoras/es não têm direito à indenização. Os problemas arrolados resultantes de uma lei fraca para defender os direitos laborais da/os trabalhadora/es doméstica/os agudizaram-se nesta pandemia, uma vez que aquelas/es que se mantiveram nos seus postos de trabalho, tiveram que escolher entre morrer vítima da Covid-19, tentando ir ao trabalho em meios de transporte sem a mínima segurança ou contaminadas/os pelas/os suas/seus empregadoras/es, e ficar em casa e morrer a fome. Qualquer um desses grupos se debate com a inexistência de apoios governamentais. Mesmo com o Estado de Emergência decretado a 30 de março, algumas trabalhadoras continuaram a trabalhar e algumas foram obrigadas a tornarem-se trabalhadoras internas.

Nesse processo chamamos a atenção para duas questões: a primeira diz respeito às condições de subsistência da maioria das mulheres que trabalham nesse processo de precarização da mão de obra, a segunda, a forma de inserção nesses trabalhos precarizados. No que diz respeito à primeira questão, a realidade social dessas mulheres é de muita vulnerabilidade. No Brasil, segundo dados da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), existe em torno de 6,4 milhões de pessoas como trabalhadoras domésticas, das quais 95% são mulheres e 63,3% são negras. Nesse período da pandemia, o Ministério Público do Trabalho, emitiu nota técnica orientando a dispensa remunerada das trabalhadoras domésticas, com exceção daquelas que atuassem no cuidado com idosa/os que viviam sozinha/os, as cuidadoras de pessoas que necessitem acompanhamento permanente e as que cuidam de pessoas dependentes (crianças etc) de outros profissionais que prestam serviços essenciais e precisam sair para trabalhar. Por outro lado, o que aconteceu com a categoria, foi a emissão de decretos tornando o trabalho dessa/es profissionais como serviços essenciais, gerando muitos tumultos e confusões. Observou-se que em todo o país a/os profissionais para não serem demitida/os, tiveram que aceitar de seus patrões e patroas declarações como cuidadoras de idosos etc., para poderem ter passagem nas barreiras de fiscalização implantadas em todo país, quando, no entanto, estavam a

limpar o chão da “casa grande”. As cuidadoras dos outros, mas não de si, não puderam em plena pandemia exercitar os cuidados sobre si e sua família, tiveram que se expor ao COVID-19. Muitas foram contaminadas com o vírus, no trajeto, ou ainda com a ausência de empatia e cuidados por parte da/os empregadora/es num processo de minimização da potência do vírus.

Demitidas, e ameaçadas de demissões, muitas (enfoque à segunda questão) tiveram que aderir aos modismos de trabalho no novo modelo de empregabilidade, a “pejotização”. Nesse processo, de acordo com Atilla Barbosa e Juliani Orbem (2015) essa nova trabalhadora necessita criar um novo perfil profissional, ou seja:

[...] esse trabalhador, pessoa física, para ter contrato ou para manter o posto de trabalho em determinada empresa necessita constituir uma pessoa jurídica, que pode ser uma firma individual ou uma sociedade empresária. Deste modo, haverá uma relação interempresarial, regulada pelo Direito Civil, na qual o trabalhador irá prestar os serviços na empresa contratante através de um contrato de prestação de serviços concretizado entre a empresa contratante e a pessoa jurídica do trabalhador, não havendo a incidência de qualquer direito trabalhista (Barbosa e Orbem, 2015).

Essa forma contratual de trabalho, vigente a alguns anos, tem ganhado forças através da Lei nº 11.196/2005, também conhecida como “Lei do Bem”, dando um caráter trabalhista lícito, por mais que para boa parte da doutrina trabalhista, tal prática trata-se de uma fraude à legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, pois camufla a verdadeira relação existente, a relação de emprego. Os efeitos de todo esse processo de exclusão do bem viver dessa população vêm sendo sentidos, e em tempos de pandemia eles se escancararam.

No enfrentamento a todo tipo de violação aos direitos humanos, as mulheres negras têm se reinventado diante de tantas adversidades e dos multifacetados projetos

produzidos, buscando atender à lógica do capitalismo global. Elas, têm implementado táticas ancoradas na ancestralidade como forma híbrida de viver e conviver, mesmo nas inúmeras dificuldades vividas, as forças de resistências têm se abastecido nas relações comunitárias, na partilha do afeto e de nutrientes favoráveis à vida, como os alimentos. Foi no trabalho solidário que as mulheres negras buscam sobreviver nesses meses de pandemia, realizando campanhas em prol da vida, seja no contexto da alimentação ou da limpeza e higiene, ou ainda no campo emocional e psicológico. Viram nessa fechadura da porta proposto por Josso (2004), a possibilidade de ampliarem o “zoom” no processo de travessia dessa tempestade. Utilizaram as redes sociais, organizaram-se em vários grupos, seja WhatsApp ou Facebook e implementaram uma rede mobilizadora pela vida. Muitos desafios foram vencidos, outros ainda a vencer, principalmente na perspectiva da organização de uma agenda política feminina em defesa dos corpos negros, das ideias e sentimentos que terminam sendo expostos e violados pela ganância egocêntrica das forças dominantes. Butler (2015, p. 15) enfatiza que precisamos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção e o exercício do direito à sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique em repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento histórico que atravessamos, certamente ficará marcado na vida das pessoas, pois a questão central é a vida, ou sobre que tipo de vida estamos condenados a viver, sob a atmosfera de uma pandemia. Nesse dilema, se impõe o fazer viver ou o fazer morrer como uma tanatopolítica, uma necropolítica que confina, controla e governa nossos corpos, principalmente os corpos de mulheres negras, seguindo a lógica sanitária de um biopoder sob o discurso de não nos deixar morrer, ou a lógica do deixar morrer mesmo, já que não há lugar para todos. Nesse contexto,

há uma insurgência das mulheres ainda maior, já que os papéis sociais que lhes foram atribuídos socialmente pela cultura machista se tornaram mais exigentes no enfrentamento diário das exaustivas horas de trabalho e da diversidade de tarefas domésticas, escolares, profissionais, etc, fazendo da casa uma espécie de estado de exceção a exemplo do sistema de escravidão ao carregar sobre seus ombros a função de cuidar, educar, sustentar, entre outras. Por outro lado, a pandemia afeta as mulheres de outro modo, ao gerar uma realidade de desemprego de seus postos de trabalhos, principalmente aquelas que ocupam a profissão de doméstica.

Seja pelo excesso de trabalho e suas formas de exploração e desigualdade de gênero, seja pela ausência dele comprometendo amplamente sua liberdade e autonomia, a questão se evidencia e se dilacera, exigindo de nós um olhar, sobretudo, para os novos modos de enfrentamento, com suas táticas e dobras, microfísicas formas de resistências que precisam ser visibilizadas, pois antes, são anúncios de outras possibilidades de vida, de um devir negro e feminino. Assim, podemos dizer com base nas experiências cotidianas que foram fundamentais, fazer da própria casa, do trabalho uma oficina diária de criação, na arte de fazer das coisas, a exemplo do que podemos testemunhar: o empoderamento advindo do tempo de criação como prática de educar voltada para a leitura de viés descolonizador e decolonial em pequenos grupos de mulheres por meio das redes sociais e midiáticas, bem como, no próprio convívio com os filhos no recôncavo da casa. Aliada a essa tática, a produção de narrativas poéticas resultantes das afecções e afetamentos produzidos no cotidiano, rompendo com formas de silenciamento e/ ou criando outros silêncios como escuta de si e do mundo, pois é certo que as experiências de leitura e de escrita produzem resistências e transformações individuais e coletivas. É próprio da nossa matriz africana a criação das coisas de forma circular, como também cuidar com a dança, o riso, a ginga, a leveza e a espiritualidade encarnada na escuta atenta da vida, da natureza e da sabedoria das pessoas que amamos, inclusive de nossas mães, de nossos pais, avós. Neste sentido, a pandemia nos colocou diante do desafio do cuidado do outro próximo ou distante

reconhecendo sua alteridade, mesmo que nossos corpos gritem pelo cuidado de si, fazendo da própria dor, sofrimento, o dispositivo de criação de novas possibilidades de vidas, principalmente pela potência e magia da palavra, da oralidade, da arte de dizer, principalmente aos filhos, às filhas, num movimento criativo entre fazer-dizer/ler-escrever, desnaturalizar o que foi naturalizado, fazendo uma subversão por dentro, dos próprios modos de convivência humana.

Quando pensamos numa vida com dignidade, cidadania ou outro dispositivo que fala em nome dos direitos humanos de mulheres negras, a partir dessas relações polarizadas e marcadas pelas violências às quais estamos submetidos, principalmente em contexto pandêmico, pensamos que o lugar primário da tática seja justamente o lugar das maiores invisibilidades das violações e também das potencialidades: a esfera doméstica, longe do olhar da estratégia do Estado e mesmo do seu abandono em termos de fazer viver, permite-nos criar outros modos de educar que escape à norma, aos olhos panópticos e inventar o cotidiano. Quando as mulheres perceberem que do lugar da casa detém o poder constituinte da artesanaria do mundo, pela tática do saber-fazer, o cuidado de si e do outro terá cumprido sua função política de como se cuida da cidade.

REFERÊNCIAS

Abreu, Elizete S. (2009). *Histórias de vida de mulheres negras, professoras nas cidades de Caxias e São Luís do Maranhão*. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.

Adichie, Chimamanda (2017). *Para educar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras.

Agências de Notícias Lusa. *COVID-19: Mais de dois mil empregados domésticos perderam trabalho em três meses em Moçambique – sindicato*. Recuperado em 6 novembro, 2020 de: <https://www.lusa.pt/article/rMmLWwy9FR5ZYinggBnJzzMSZM5iuSI1/covid-19-mais-de-dois-mil-empregados-dom%C3%A9sticos-perderam-trabalho-em-tr%C3%AAs-meses-em-mo%C3%A7ambique-%20sindicato>.

Arendt, Hannah (2007). *A condição humana* (10a ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Barbosa, Attila M. Silva & Orbem, Juliani V. (2015). Pejotização: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas. *Revista Eletrônica do Curso de Direito, 10*(2), s.p.

Brasil. Ministério da Saúde (2020a). *Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus 2019-nCoV: centro de operações de emergências em saúde pública (COE-nCoV)*. Recuperado em 25 março, 2021 de: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/plano-contingencia-coronavirus-preliminar.pdf>.

Brasil. Ministério da Saúde (2020b). *Saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19: um guia para gestores*. Recuperado em 25 março, 2021 de: <http://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%bade-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%C3%A7%C3%B5es-para-gestores.pdf>.

Brasil. Ministério da Saúde (2020c). *Portaria Nº 454, de 20 de março de 2020. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19)*. *Diário Oficial da União*. Recuperado em 25 março, 2021 de:

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>.

Butler, Judith (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (3a ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Certeau, Michel (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (7a ed). Petrópolis: Vozes.

Cunha, Teresa (2014). *Never trust Sindarela: Feminismos, pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste*. Coimbra: Almedina.

Davis, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

FENATRAD. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (2021). Recuperado em 26 março, 2021 de: <https://fenatrad.org.br/2020/07/17/728/>.

Foucault, Michel (2014). *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

Garcia, Diego (2020). *Trabalho doméstico perde 500 mil postos na pandemia*. Folha de São Paulo. Recuperado em 6 novembro, 2020 de: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/trabalho-domestico-perde-500-mil-postos-na-pandemia.shtml>.

Gebara, Ivone (2000). *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Hooks, Bell (1990). *Yearning: race, gender, and cultural politics*. New York: Between-the-Lines.

Josso, Marie-Christine (2004). *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez.

Machava, Paula L. S. (2016). *O ensino de Português e o desenvolvimento da competência comunicativa, a partir das abordagens comunitárias e escolares. Caso dos temas transversais "Género e equidade" e "Saúde sexual e reprodutiva"*. Dissertação de mestrado, Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique.

Mama, Amina (2013). African Union 50th anniversary, Addis Ababa. 25th of May, 2013. Recuperado em 25 novembro, 2020 de: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/pan-africanism-beyond-survival-to-renaissance/>.

Maranhão (2020a). *Decreto Nº 35.784, de 03 de maio de 2020. Estabelece as medidas preventivas e restritivas a ser aplicadas na Ilha do Maranhão (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), em virtude da COVID-19 e à vista de decisão judicial proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís*. Recuperado em 25 março, 2021 de: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5814>.

Maranhão (2020b). *Decreto Nº 35.672 de 19 de março de 2020. Declara situação de calamidade no Estado do Maranhão em virtude do aumento de número de infecções pelo vírus H1N1, da existência de casos suspeitos de contaminação pela COVID-19*. Recuperado em 25 março, 2021 de: [http://coronavirus.tce.ma.gov.br/index.php/plano-e-nomras-covid-19/decreto-n-35672-16032020-calamidade#:~:text=Declara%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20calamidade%20no,4\)%20nos%20munic%C3%ADpios%20que%20especifica](http://coronavirus.tce.ma.gov.br/index.php/plano-e-nomras-covid-19/decreto-n-35672-16032020-calamidade#:~:text=Declara%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20calamidade%20no,4)%20nos%20munic%C3%ADpios%20que%20especifica).

Marshall, T. H. (2002). *Cidadania e classe social* (2a ed). Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia.

Mbembe, Achille (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1.

Mbembe, Achille (2014). *Crítica da razão africana*. Lisboa: Antígona.

Moçambique (2008). *Decreto 40/2008, de 26 de novembro de 2008*. Boletim da República, n. 48 - I série. Maputo: Imprensa Nacional.

Moçambique (2007). *Decreto-Lei Nº 23/2007, de 1 de agosto*. Boletim da República n. 31- I série. Maputo: Imprensa Nacional.

Mohanty, Chandra T. (2003). Under western eyes: feminism scholarship and colonial discourse. In Chandra T. Mohanty. *Feminism without borders; decolonizing theory, practicing solidarity* (pp. 333-358). Durham & London: Duke University Press.

Oyèwùmí, Oyèrónke (2021). Divining Knowledge: the man question in Ifá. Recuperado em 25 março, 2021 de: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137521255_2.

Oyèwùmí, Oyèrónke (2019) .*Conceptualizing gender: the Eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies*. Recuperado em 15 julho, 2019 de: <https://www.codesria.org/IMG/pdf/OYEWUMI.pdf>.

Oyèwùmí, Oyèrónke (1997). *The invention of women: making an african sense of western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Ramose, Mogobe B. (2010). Globalização e Ubuntu. In Boaventura S. Santos & Maria P. Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 175-220). São Paulo: Cortez.

Santos, Elizete (2018). *Caminhos cruzados: o percurso trilhado pelas mulheres caxienses do curso de Ciências Físicas e Naturais da Faculdade de Formação de Professores do Ensino Médio e a Missão Uspiana em Caxias/MA*. Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.

Silva, Maria S. B. (2020). Vida nua, Direitos Humanos e Educação em tempos de Tanatopolítica. *Research, Society and Development*, 9(8), 1-16.

Silva, Maria S. B. (2019). *De "Mulher Maravilha" a "Cidadão Persi": professoras capulanas do educar em direitos humanos*. Fortaleza: Eduece.

Spivak, Gayatri C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, UFMG.

Tabak, Fanny (2000). *O laboratório de Pandora*. Rio de Janeiro: Garamond.

UN – United Nations. *OIT: novo coronavírus pode causar perda de 25 milhões de postos de trabalho*. Recuperado em 6 novembro, 2020 de: <https://unric.org/pt/oit-novo-coronavirus-pode-causar-perda-de-25-milhoes-de-postos-de-trabalho/>.

WHO – World Health Organization. *Coronavirus disease (COVID19) pandemic*. Recuperado em 6 novembro, 2020 de: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>.

AS TÁTICAS E OS MOMENTOS CHARNEIRAS PRODUZIDOS PELAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Resumo

Este trabalho versa sobre as táticas e os momentos charneiras desenvolvidas pelas mulheres negras no Brasil e em Moçambique, em tempos de pandemia da COVID-19. Partimos da compreensão de que ambos os elementos se constituem como prerrogativas básicas e, portanto, necessárias para garantir o direito à vida, tanto da/os familiares das mulheres negras como também da comunidade circunvizinha de seus bairros/cidades. Assim sendo, é sob essa perspectiva que se discorre sobre a potencialidade existente na força comunitária exercida por essas mulheres, muitas delas trabalhadoras domésticas, em seus lares e em suas comunidades, de maneira a mostrar como esse mecanismo de força concorre para propiciar cidadania; considerando-se que é no exercício dessa ação que se constitui uma dimensão ética em relação à vida do outro. Teremos como base os estudos de Certeau (1994), Josso (2004), Mbembe (2014; 2018), Foucault (2014), Davis (2016) e outros.

Palavras-chave

Momentos charneiras. Mulheres negras. Pandemia. Táticas.

LAS TÁCTICAS Y LOS MOMENTOS CHARNEIRAS PRODUCIDOS POR LAS MUJERES NEGRAS EN BRASIL Y MOZAMBIQUE EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Resumen

Este trabajo aborda las tácticas y los momentos de las charneiras desarrolladas por las mujeres negras en Brasil y Mozambique, en tiempos de la pandemia del COVID-19. Partimos del entendimiento de que ambos elementos son prerrogativas básicas y, por tanto, necesarias para garantizar el derecho a la vida, tanto de las familias de las mujeres negras como de la comunidad circundante en sus barrios/ciudades. Por lo tanto, es desde esta perspectiva que discutiremos la potencialidad de la fuerza comunitaria ejercida por estas mujeres, muchas de ellas trabajadoras domésticas, en sus hogares y comunidades, para mostrar cómo este mecanismo de fuerza contribuye a proveer ciudadanía; considerando que es en el ejercicio de esta acción que se constituye una dimensión ética en relación a la vida del otro. Nos basaremos en los estudios de Certeau (1994), Josso (2004), Mbembe (2014; 2018), Foucault (2014), Davis (2016) y otros.

Palabras clave

Momentos charneiras. Mujeres negras. Pandemia. Tácticas.

THE TACTICS AND THE KEY-MOMENTS MADE FOR BLACK MOZAMBICAN AND BRAZILIAN WOMEN IN COVID-19 PANDEMIC TIMES

Abstract

This work deals with the tactics and key moments developed by black Brazilian and Mozambican women, in Covid-19 pandemic times. We start from the understanding that both of elements are made with basic prerogatives and therefore necessary to ensure the right of life, not only with black woman's family, but also with neighboring community. As such, it is under this perspective that discusses about the potential on the community force exercised by that women, many of them are domestic workers in their homes and communities, in the way that shows how these mechanisms of force provide citizenship; Considering the exercise of this action that is build an ethic dimension in relation with the other life's. We are based on the studies of de Certeau (1994), Josso (2004), Mbembe (2014; 2018), Foucault (2014), Davis (2016) e outros.

Keywords

Key-moments. Black women. Pandemic. Tactics.

CONTRIBUIÇÃO

Paula Lúcia Salvador Machava

A autora declara que realizou todas as etapas associadas ao texto, sendo por ele responsável coletivamente.

Elizete Santos

A autora declara que realizou todas as etapas associadas ao texto, sendo por ele responsável coletivamente.

Maria do Socorro Borges da Silva

A autora declara que realizou todas as etapas associadas ao texto, sendo por ele responsável coletivamente.

Linda Maria de Jesus Bertolino

A autora declara que realizou todas as etapas associadas ao texto, sendo por ele responsável coletivamente.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

As autoras declaram que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Machava, Paula L. S., Santos, Elizete, Silva, Maria S. B., & Bertolino, Linda M. J. (2021). As táticas e os momentos charneiras produzidos pelas mulheres negras no Brasil e em Moçambique em tempos de pandemia. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(21), 66-94.